



As transações são efetuadas a valores, prazos e condições de mercado.
As controladas realizam, também, operações com outras empresas integrantes do grupo controlador.

7. IMOBILIZADO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
	Taxas médias ponderadas anuais de depreciação			
Imóveis.....	1,56%	226.217	218.628	305.602
Equipamentos e instalações industriais.....	7,20%	461.656	393.991	555.296
Equipamentos e instalações escritório.....	15,12%	24.999	18.404	35.554
Veículos.....	15,36%	6.810	5.271	9.322
Benfeitorias.....	19,80%	4.090	1.038	8.581
Imobilizações em andamento.....	-	20.803	17.877	23.090
Fundo de comércio.....	9,60%	110.010	110.010	110.010
Outras imobilizações.....	-	13.797	9.268	21.345
Depreciações e amortizações.....	-	(109.509)	(51.700)	(194.218)
Total.....	-	<u>758.873</u>	<u>722.787</u>	<u>874.582</u>

As taxas de depreciação foram determinadas por laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. Em decorrência de processo de reestruturação iniciado pela Companhia, algumas fábricas foram desativadas e a administração está em fase de conclusão do processo de transferência de equipamentos para outras unidades e também definir a estratégia a ser utilizada para a realização de referidos ativos.

8. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Nacional.....	194.434	112.013	227.037	129.635
Estrangeiro.....	15.962	26.971	16.495	27.944
Total.....	<u>210.396</u>	<u>138.984</u>	<u>243.532</u>	<u>157.579</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Condições Taxa média	Moeda	Circulante		Controladora		Circulante		Consolidado	
			1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Financ. bancários ...	(1)	US\$	-	78.736	-	2.898	104.704	894	3.104	
Financ. bancários ...	(2)	R\$	1.437	33.585	-	29.792	42.981	12.067	5.266	
Financ. de import.....	(3)	US\$	15	3.386	-	560	4.624	-	-	
Finame.....	(4)	TJLP	7.041	3.980	11.725	17.135	9.131	10.132	17.223	
Total.....			<u>8.493</u>	<u>119.687</u>	<u>11.725</u>	<u>17.135</u>	<u>42.381</u>	<u>162.441</u>	<u>30.184</u>	

(1) Contratados em Dólar dos Estados Unidos da América, incidindo sobre o saldo devedor variação cambial e juros que variam de 6,84% a 13,85 % a.a.

(2) Contratados em moeda nacional, representados por créditos rotativos, incidindo sobre o saldo devedor juros que variam de 3,0% a 24,20% a.a.

(3) Contratados em Dólar dos Estados Unidos da América, incidindo sobre o saldo devedor variação cambial e juros que variam de 4,60% a 7,98 % a.a.

(4) Contratados em moeda nacional, incidindo sobre o saldo devedor encargos representados por TJLP (taxa de juros de longo prazo), mais juros que variam entre 4,0% e 12,5% a.a.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da

PARMALAT BRASIL S.A. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS - São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da PARMALAT BRASIL S.A. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (da controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PARMALAT BRASIL S.A. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo

Composição da parcela de longo prazo por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2001.....	1.529	1.613
2002.....	3.489	7.468
2003.....	6.707	10.167
2004.....	-	5.297
2005 em diante.....	-	5.639
Total.....	<u>11.725</u>	<u>30.184</u>

Durante o exercício findo em dezembro de 1999 parte do saldo devedor dos empréstimos, no montante aproximado de R\$ 217.000, foi assumida pela Parmalat Holding Ltda., sendo a ela transferido através de contrato de mútuo.

A garantia desses financiamentos é a alienação fiduciária dos próprios bens. Existem ainda garantias representadas por avais e notas promissórias.

A Companhia é garantidora de empréstimos externos tomados por sua controladora, vencíveis em 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 500.000 e também por empréstimos de empresas do grupo no valor de R\$ 6.000, com vencimento em julho de 2000.

10. DEBÊNTURES

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 19 de setembro de 1995, foram emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures simples, série única, de valor nominal de R\$ 1.000 (um mil reais) nominativas, com fiança da Parmalat Participações Ltda., com cláusula de subordinação, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º (quarto) da Lei nº 6.404/76, com prazo de 3 (três) anos. Tais Debêntures foram resgatadas em 1º de julho de 1997, permanecendo desde então em tesouraria. Em Reunião do Conselho de Administração, em 14 de setembro de 1998, foi deliberada a prorrogação da data de vencimento das Debêntures de 1º de outubro de 1998 para 1º de outubro de 2001, prorrogando-se o prazo de emissão de 3 (três) para 6 (seis) anos, contados a partir da data de emissão. Estabelecido que o 4º (quarto) período de incidência terá início a partir de 1º de outubro de 1998 e término em 1º de outubro de 2001. Para esse período, as Debêntures terão como remuneração juros com base na variação acumulada da taxa ANBID, incidentes sobre o valor nominal repactuado em 1º de outubro de 1998 ou, na data do último vencimento anual dos juros remuneratórios, o que for o caso. Os juros serão calculados até a data de seu efetivo pagamento, sendo devidos anualmente em 1º de outubro de 1999, 1º de outubro de 2000 e em 1º de outubro de 2001, data de vencimento das debêntures.

A controlada Companhia Brasileira de Laticínios - CBL possui saldo devedor de Debêntures emitidas no montante R\$ 5.282, sendo R\$ 5.145 Debêntures conversíveis em ações e R\$ 137 não conversíveis e oferecem garantia flutuante. Essas Debêntures foram colocadas por subscrição particular junto ao Banco operador do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. O saldo devedor é atualizado monetariamente de acordo com a TJLP mais juros de 4% a.a. (quatro por cento), pagáveis anualmente.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil de equipamentos, informática e veículos e de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e regras fiscais existentes o valor das prestações é debitado ao resultado do período, por ocasião do pagamento e/ou vencimento mensal. Caso referida operação tivesse sido registrada como compra a prazo, o valor do bem estaria registrado no ativo imobilizado no montante líquido de R\$ 6.000 (R\$ 6.300 consolidado) e o passivo seria aumentado em R\$ 1.800 (R\$ 2.500 consolidado). O valor das prestações mensais foi contratado em dólares americanos.

12. CAPITAL SOCIAL

O capital social está dividido em 5.335.959.610 (3.097.678.427, em 1998) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.223.569.016 (1.290.845.935, em 1998) ações ordinárias e 3.112.390.594 (1.806.832.492, em 1998) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, bem como terão direito a dividendos de no mínimo 10% (dez por cento) maiores que aqueles atribuídos às ações ordinárias.

naquela data, de acordo com os práticas de contabilidade emanadas da legislação societária.

4. Após completado o processo de aquisições e incorporações de empresas e negócios, a Administração da Companhia iniciou um processo para analisar o custo benefício de manter algumas fábricas e, como resultado, certas fábricas tiveram as atividades desativadas, paralisadas ou suspensas e outras fábricas ainda se encontram em processo de análise. Em razão desse processo ter iniciado recentemente e da Administração da Companhia não conhecer, até o momento, as decisões a serem tomadas e a solução para as fábricas desativadas ou em processo de desativação, nenhuma provisão foi registrada e em 31 de dezembro de 1999 referidos ativos foram mantidos no imobilizado, onde permanecerão até a conclusão desse processo e a tomada das devidas decisões.

5. As demonstrações financeiras da PARMALAT BRASIL S.A. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1998 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalvas, foi emitido em 29 de janeiro de 1999.



São Paulo, 28 de março de 2000

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Wanderley Olivetti
Contador
CRC nº 1 SP 166507/O-4

DIRETORIA

MIGUEL ANGEL REYES BORZONE
Presidente do Conselho
de Administração

CARLOS DE SOUZA MONTEIRO
Vice-Presidente do Conselho
de Administração

DERLI FORTI
Membro

MIGUEL ANGEL REYES BORZONE
Diretor Presidente

MARIA EMÍLIA MENDES ALCÂNTARA
Diretora Jurídica

ANTONIO SIDNEI DOS SANTOS
Diretor de Relações com Investidores

Contador
VICENTE RAIMUNDO DE MENDONÇA
TC CRC 1 SP 080.580/O-1 - CPF 250.306.718-20

13. CONTINGÊNCIA

Em 31 de dezembro de 1999, a Companhia possuía processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros, ex-funcionários ou de ações e questionamentos por parte da Companhia e suas controladas. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando na opinião da alta Administração e de seus Assessores Legais, o risco de eventual perda foi considerado provável. Essas provisões totalizaram R\$ 2.142 (R\$ 3.438 consolidado) e encontram-se registradas na rubrica "outras contas a pagar e provisões".

Durante os últimos exercícios, o "Grupo Parmalat" adquiriu empresas e negócios no Brasil e em seguida transferiu as operações para a Companhia. Conforme definido nos respectivos contratos de aquisição, as contingências conhecidas ou não, existentes até a data das respectivas compras, ficaram sob responsabilidade dos antigos quotistas/acionistas.

14. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros para cobertura de riscos operacionais, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, imóveis, responsabilidade civil, em valores considerados por sua administração suficientes para o fim a que se destinam.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administração da Companhia não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e aqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 1999, originados por operações envolvendo instrumentos financeiros na referida data-base, que requerem divulgação específica, atendendo-se aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº 235/95.

16. PREJUÍZOS FISCAIS E DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

Em 31 de dezembro de 1999, a Companhia e suas controladas têm os seguintes prejuízos e créditos fiscais:

Descrição	Parmalat Brasil		Cia.	
	S.A. Indústria de Alimentos	Batávia S.A.	Brasileira de Laticínios - CBL	Total
Prejuízos fiscais.....	2.528	27.557	20.471	50.556
Base de cálculo negativa da contribuição social.....	7.148	27.737	22.498	57.383
Diferenças temporárias (provisões não dedutíveis) ..	29.089	20.417	(3.635)	45.871
Efeito do benefício fiscal não registrado.....	11.100	16.300	5.900	33.300

O benefício fiscal do imposto de renda será reconhecido somente quando da apresentação de resultados positivos.

17. ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS "BUG DO MILÊNIO"

A Companhia e suas controladas, objetivando prevenir eventuais falhas nos seus sistemas eletrônicos de dados, realizou uma completa avaliação dos procedimentos envolvendo terceiros, reavaliou riscos na cadeia produtiva, bem como em todos os procedimentos administrativos e operacionais, inclusive de logística e distribuição, tendo os sistemas eletrônicos respondido de forma satisfatória às eventualidades. Dessa forma, transcorreu sem qualquer anormalidade o processamento das operações em data posterior a 31 de dezembro de 1999.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

1) A AGE realizada em 2.3.2000 deliberou a eleição de dois membros para o Conselho de Administração. Na mesma data, foi indicado o novo Presidente do Conselho e eleito o Diretor Presidente da Companhia, ficando vago o cargo de Diretor Superintendente.

2) A controlada Batávia S.A. celebrou em 3.2.2000 acordo com a Perdigão Agroindustrial S.A. (Perdigão), firmando as bases de entendimento para constituição de imediato do Frigorífico Batávia, com os ativos operacionais da divisão de carnes da Batávia, do qual 51% será vendido para a Perdigão, cabendo à Perdigão a gestão operacional. Ressalta-se que esse protocolo contempla a possibilidade de aquisição de participação adicional por parte da Perdigão a médio prazo que poderá chegar a 100% (cem por cento). O valor estimado da venda é de R\$ 40.000. A concretização da operação está prevista para ocorrer no início de abril/2000, com o cumprimento das condições pactuadas e, quando concluída, será determinado e contabilizado o correspondente ganho. A Administração da Companhia entende que a associação proposta redundará em maiores ganhos de produtividade e qualidade, em benefício do mercado consumidor e de seus acionistas.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive Consolidadas e as Notas Explicativas, em ato posterior à verificação realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1999, espelhando esses documentos fielmente à situação da Companhia, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

São Paulo, março de 2000

MIGUEL ANGEL REYES BORZONE
Presidente do Conselho de Administração

CARLOS DE SOUZA MONTEIRO
Vice-Presidente do Conselho de Administração

DERLI FORTI
Membro